

MEC mantém máquina cara

O Ministério da Educação sustenta uma pesada e cara máquina administrativa para cumprir um papel definido constitucionalmente como supletivo na educação básica. Praticamente dois terços da administração direta do Ministério da Educação estão voltados para o ensino de 1º e 2º graus, do mesmo modo que boa parte das atividades do Conselho Federal de Educação, que dele faz parte. Os maiores órgãos vinculados — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — existem exclusivamente para atender ao ensino básico.

Nestas áreas, o ministério gastou, em 1990, apenas em despesas com pessoal, perto de 120 milhões de dólares, custos mui-

to altos para resultados bem pouco práticos, a julgar pelas dificuldades enfrentadas, no ano passado, pelos alunos da rede pública de ensino. Para conferir o verdadeiro papel das verbas federais no ensino básico, repórteres da Agência Estado acompanharam, durante três meses, por todo o País, os caminhos percorridos pelos recursos e mostram, nesta série, os graves defeitos desta estrutura pesada e centralizada que tem favorecido, ao longo dos anos, o clientelismo político, o tráfico de influências e a corrupção.

Os recursos distribuídos pelo Governo Federal no ano passado — perto de 1,5 bilhão de dólares — em nada alteraram a condição de extrema penúria vivida pelos alunos das escolas públicas. Sem livros, sem material didático, sem merenda e com muitas greves, o ano de 1990 foi um teste de resistência que muito contribuiu para afastar um número ainda maior de crianças das salas de aula. Tudo isto não significa, porém, que as tais verbas federais sejam absolutamente inócuas.